

## **Redes**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR  
Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional - CEPEDER

ISSN 1414-7106

REDES	Santa Cruz do Sul	v.11	n.2	p. 1-320	maio/ago. 2006
-------	-------------------	------	-----	----------	----------------

## Apresentação

Esta coletânea de artigos sobre capital social surge no contexto do estudo e debates do Projeto “Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na construção da cidadania e melhoria na qualidade de vida. Um estudo comparado entre cidades do Brasil, Chile e Uruguai”, coordenado pelo professor Marcello Baquero do Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL) da UFRGS.

O referido Projeto parte do pressuposto de que o aumento da participação das pessoas, ainda que por meio de formas não convencionais (associações de bairro, de defesa do consumidor, entre outras), pode ajudar a gerar padrões de associativismo e sociabilidade, sem comprometer os princípios da democracia representativa. Padrões estes que, posteriormente, podem servir para o estabelecimento de uma base normativa de apoio à democracia e as suas instituições representativas (partidos, governo e política), gerando um círculo virtuoso onde o desenvolvimento sustentável se institucionaliza. Nesse sentido, seu principal objetivo, é avaliar se a qualidade da democracia pode ser melhorada pela promoção de capital social entre os cidadãos; entre estes e as instituições governamentais nos seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal), bem como, entre estudantes e profissionais de ensino de escolas públicas e privadas, de modo a alcançar o desenvolvimento humano e sustentado.

Com vistas a socializar os resultados que vem sendo alcançados com o desenvolvimento do referido projeto e buscando o debate na comunidade acadêmica foram realizados dois eventos: o Seminário de Desenvolvimento Sustentável na América latina, em dezembro de 2005 e o Seminário Capital Social e Desenvolvimento Regional em outubro de 2005. O primeiro seminário foi promovido pelo NUPESAL/ UFRGS e o segundo pela UERGS-Sananduva. Ambos contaram com o apoio de agências fomentadoras, CNPq e FAPERGS, respectivamente.

O presente dossiê está organizado, tendo como referência o Modelo Compreensivo de Qualidade Democrática proposto por Baquero que incorpora dimensões de natureza econômica e político-social na busca de uma democracia com melhor qualidade considerando a cidadania na centralidade do seu processo. Relaciona capital social com o tipo do desenvolvimento na qualidade de vida e bem estar das pessoas, bem como a qualidade da democracia. Nessa direção, o modelo está orientado para promoção da inclusão e da cidadania.

Especificamente, o artigo de Marcello Baquero “A qualidade da democracia no Cone Sul: desenvolvimento sustentável e capital social em Montevideú, Santiago

do Chile e Porto Alegre” examina, numa perspectiva comparativa, as atitudes e comportamentos de chilenos, uruguaios e brasileiros em relação aos problemas da pobreza e exclusão social e seu impacto na qualidade de vida nessas cidades. Os dados coletados por meio de pesquisas tipo *survey*, com 500 entrevistas em cada cidade (Porto Alegre, Brasil; Montevidéu, Uruguai e Santiago do Chile) sinalizam que há em andamento uma convergência negativa das atitudes e orientações dos entrevistados em relação à política, sendo elas de distanciamento, não-envolvimento e passividade. Neste contexto, o autor assinala a dificuldade de construção de Capital Social, embora reconheça que, paradoxalmente, este parece se constituir num dos instrumentos com maior potencial para a resolução de problemas que envolvem ação coletiva. O desafio dos países que não conseguiram resolver sua base material, segundo Baquero, passa pela capacidade de pensar os problemas de forma orgânica e compreensiva, como propõe no modelo apresentado.

Os demais artigos que compõem o dossiê problematizam as diferentes dimensões do modelo proposto, por meio da discussão teórica e da testagem empírica, com o objetivo de validá-lo.

Em “Conexões, Rupturas e Capital Social de gênero” Jussara Reis Prá e Telia Negrão, baseadas em dados empíricos do projeto integrado coletados junto a eleitores da região metropolitana de Porto Alegre – RS com a experiência da rede de apoio às mulheres, buscam estabelecer as conexões e rupturas que permeiam a participação das mulheres na vida pública e a geração do capital social de gênero. As autoras destacam que o despreparo para o uso dos programas municipais, serviços e ações, indica que há um baixo nível de compreensão por parte dos setores decisórios sobre a gravidade do problema da violência de gênero e suas conseqüências sociais. Mostra o seu distanciamento e desconhecimento da realidade vivida pelos serviços que fazem o acolhimento e atendimento direto às demandas da população.

Maria Salette de Souza Amorin partindo do pressuposto que a participação e o envolvimento político dos cidadãos contribui para construir estratégias de desenvolvimento incluyente e sustentável, que agrega iniciativas de inclusão social, de bem estar econômico e de preservação ambiental. No texto “Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva da Cultura Política e da Participação Democrática” busca identificar as percepções e atitudes políticas dos cidadãos sobre a problemática ambiental e a sua relação com os índices de participação política presentes nas cidades de Porto Alegre (Brasil), Montevidéu (Uruguai) e Santiago (Chile). A análise da pesquisa empírica reafirma os postulados da autora, revelando a necessidade do fortalecimento do sistema democrático como condição essencial do processo de desenvolvimento e da sustentabilidade sócio-ambiental.

Rute Baquero, no trabalho “Empoderamento; questões conceituais e metodológicas” discute as diferentes perspectivas que a categoria empoderamento

têm assumido na literatura, no campo das Ciências Humanas e Sociais. Situando, historicamente, a origem do termo, problematiza os princípios que presidem suas diferentes conceituações. Salientando a forma pouco rigorosa e, muitas vezes ambígua, com que o conceito têm sido utilizado, denuncia a utilização de estratégias travestidas de participação e democracia em práticas de empoderamento aparentemente emancipatórias. Com vistas a situar a relação entre empoderamento e capital social, analisa distintas modalidades de participação oportunizadas por programas desenvolvidos no âmbito do Estado e da sociedade.

Em “Capital Social, Associativismo Civil e Comportamento Político em Cascavel -PR, Rosana Kátia Nazzari e José Otacílio da Silva investigam a influência do Capital Social no comportamento político dos cidadãos do município de Cascavel, Paraná. O estudo pressupõe que a ampliação dos índices de Capital Social pode colaborar com o desenvolvimento humano, a promoção social e o fortalecimento da democracia. Os autores revelam que não se pode dizer que a prática associativa, em si mesma seja fator de integração social, isto é, fator gerador de mais capital social, de mais confiança mútua e de mais predisposição para mais cooperação. A geração dessas atitudes depende, também, da boa governança local e envolvimento das pessoas em instituições públicas e privadas. No entanto, o incentivo ao associativismo e envolvimento comunitário pode contribuir para ampliar a qualidade de vida dos cidadãos.

João Vicente R. B. C. Lima realiza um debate teórico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável no texto “A noção de desenvolvimento sustentável à luz dos conceitos de desenvolvimento humano (Amartya Sen) e democracia dialógica (Anthony Giddens). Sua pretensão é levar em consideração, de fato, aspectos da realidade e de processos humanos geradores da realidade ambiental e social, buscando recuperar as demandas humanas como parte do núcleo duro da definição de sustentabilidade e não como externalidades em face dos processos ambientais. O autor afirma que apesar das populações terem criado expectativas de respostas automáticas quanto à capacidade do sistema democrático para a resolução de grandes problemas e no atendimento de grandes demandas, a democracia vivida como modo de vida coletiva, e, portanto geradora dos melhores consensos reais e possíveis, tem um caminho tortuoso até sua consolidação.

Hemerson Luiz Pase, no artigo “Capital Social e Desenvolvimento Rural: uma abordagem cultural das desigualdades” discute a relação entre cultura política e desenvolvimento sócio-econômico no território do Rio grande do Sul. A partir de informações empíricas o autor afirma que existe uma relação proporcional entre estoque de capital social e a qualidade do desenvolvimento sócio-econômico. Os cidadãos rurais possuem um estoque de capital social superior aos urbanos, o que lhes permite sobreviver ante a hostilidade do desenvolvimento agrário. Além disso, o autor afirma que o capital social, embora não seja suficiente, é essencial para o desenvolvimento endógeno.

A partir da consideração de que, no Brasil, como em alguns outros países,

instituições são criadas por lei, de forma abstrata, sem levar em conta as realidades locais, Rodrigo Stumpf González, em "Engenharia Institucional e Capital Social", analisa, especificamente, a criação de conselhos municipais de saúde, assistência social e criança e adolescente. Argumenta o autor, a partir de sua análise, quanto à produção de uma falsa impressão da existência de um processo de democratização da tomada de decisões, quando a criação de organismos de participação ocorre por mero comando legal, de cima para baixo, ampliando falaciosamente, os canais de participação da sociedade pela criação de conselhos de controle de políticas públicas. Propõe González, o uso de capital social como elemento da engenharia institucional, prévio à formatação de novas instituições.

Cesar Marcello Baquero